



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 283

**COMPORTAMENTO DEMOGRÁFICO NO BRASIL: UM ESTUDO
SOBRE A DINÂMICA POPULACIONAL EM PERSPECTIVA HISTÓRICA**

**Durbens Nascimento
Aurilene Ferreira**

Belém, Agosto de 2011

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Armin Mathis

Diretor Adjunto

Fábio Carlos da Silva

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Silvio Lima Figueiredo

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Edna Maria Ramos de Castro

Fábio Carlos da Silva

Juarez Carlos Brito Pezzuti

Luis Eduardo Aragon

Marília Ferreira Emmi

Nirvia Ravena

Oriana Trindade de Almeida

Setor de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 283

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

COMPORTAMENTO DEMOGRÁFICO NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA POPULACIONAL EM PERSPECTIVA HISTÓRICA¹

Durbens Martins Nascimento²
Aurilene dos Santos Ferreira³

Resumo:

O estudo da dinâmica populacional no Brasil é parte de uma pesquisa sobre o comportamento demográfico em áreas de fronteira na Amazônia brasileira, e objetiva apresentar, em perspectiva histórica, os primeiros resultados obtidos, ainda estendidos para o Brasil, no âmbito de pesquisa realizada na Região de Integração (RI) do Baixo-Amazonas, em 2007, como um dos objetivos do projeto de pesquisa *Consórcio Forças Armadas Século XXI*. Temos a expectativa, num segundo trabalho em andamento, de verificar se essa dinâmica da evolução da estrutura populacional brasileira, historicamente identificada no Brasil, é idêntica, ou não, à das áreas de fronteira ao Norte do Brasil, enquadrando o debate sobre o comportamento demográfico ao marco regulatório das políticas de defesa do Brasil e seus efeitos para a Amazônia brasileira.

Palavras-Chave: Dinâmica populacional. Comportamento demográfico. Fronteira.

¹ Uma versão anterior deste Paper foi apresentada pelos autores no ST *Migrações, Fronteiras e Meio Ambiente: Novas Questões de Segurança?* no IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENABED), realizado em Brasília entre os dias 19 a 21 de julho de 2010, sob a coordenação do Prof. Dr. Alcides Costa Vaz. Sugestões e críticas feitas pelos participantes ao trabalho foram, em parte, incorporadas a esta versão. Nossos agradecimentos ao coordenador e aos demais colegas integrantes do ST.

² Doutor em Desenvolvimento Socioambiental e Professor Adjunto do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Programa de Mestrado em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente Diretor de Programas e Projetos da Pró-Reitoria de Extensão da mesma IFES. durbensn@gmail.com.

³ Cientista Social. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo NAEA/UFPA. Pesquisadora do *Observatório de Estudos de Defesa da Amazônia (OBED)*. aurileneferreira@gmail.com

1. Considerações iniciais

O estudo da dinâmica populacional no Brasil é parte de uma pesquisa sobre o comportamento demográfico em áreas de fronteira na Amazônia brasileira, e objetiva apresentar, em perspectiva histórica, os primeiros resultados obtidos, ainda estendidos para o Brasil, no âmbito de pesquisa realizada na Região de Integração (RI) do Baixo-Amazonas, em 2007, como um dos objetivos do projeto de pesquisa *Consórcio Forças Armadas Século XXI*. Temos a expectativa, num segundo trabalho em andamento, de verificar se essa dinâmica da evolução da estrutura populacional brasileira, historicamente identificada no Brasil, é idêntica, ou não, à das áreas de fronteira ao Norte do Brasil, enquadrando o debate sobre o comportamento demográfico ao marco regulatório das políticas de defesa do Brasil e seus efeitos para a Amazônia brasileira.

Pretendemos identificar e analisar a evolução e o comportamento demográfico no período de 1970 a 2010, especificamente no que tange às variáveis: *faixa etária, taxas de natalidade, taxa de mortalidade e a taxa de dependência*, como estão dispostas pela metodologia utilizada pelo IBGE. O amplo recorte temporal segue a estratégia da metodologia usada por esse instituto, que realiza tradicionalmente o levantamento relativo a cada década.

O recorte histórico, datado da década de 70 do século passado e da primeira década do século XXI, se dá em virtude da literatura mostrar que é a partir daquela década que se observa acentuada mudança na estrutura populacional do Brasil porque está associada aos processos de intensificação dos efeitos sociais e ambientais gerados pelo processo inerente à modernização capitalista em curso na/e a partir daquela época.

Em que medida a dinâmica populacional no Brasil tem apresentado alteração nas variáveis: *faixa etária, taxa de natalidade, taxa de mortalidade e na taxa de dependência*? Que fatores estão associados às mudanças nestas taxas? Guia-nos as hipóteses de que: a) as mudanças são significativas para o Brasil, principalmente quando se considera as variáveis em questão na última década (2001-2010); e, b) claramente a educação e o acesso às informações concernentes ao planejamento familiar explicam parte das mudanças operadas na composição da taxa de fecundidade e da razão de dependência.

Dividimos o trabalho em quatro sessões. A primeira e a última são as Considerações Iniciais e a Conclusão, respectivamente. Na segunda, de natureza teórica e metodológica, há um debate sobre os conceitos de Estado e fronteira à luz das ciências sociais; na terceira sessão, tratamos metodologicamente o material extraído dos Censos do IBGE, com vistas à testabilidade das hipóteses.

2. Considerações Teóricas e Metodológicas: Fronteira e Demografia

Metodologicamente, fez-se o levantamento dos dados populacionais disponíveis na base de dados do IBGE para os anos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. São dados oficiais, os únicos disponíveis e reconhecidos para subsidiar pesquisas sociais e, sobretudo, embasar a produção de

políticas públicas. Os indicadores selecionados e identificados acima permitem compreender a composição da estrutura demográfica da população e apresentam enorme vantagem para otimizar a intervenção institucional em qualquer escala, principalmente no âmbito da gestão municipal. Para a montagem de algumas Figuras, utilizou-se dos indicadores da Pesquisa nacional Por Amostra de Domicílio (PNAD), também do IBGE. A diferença entre os dados de 2009 da PNAD e do Censo populacional de 2010, a nosso ver, não alteram as conclusões extraídas nas análises sobre a evolução e as tendências concernentes ao comportamento demográfico ao Norte do Brasil.

Com efeito, um dos componentes da Demografia é estudar a variação e mudança no comportamento populacional⁴. Destacamos a relevância da disciplina como um campo de estudo que tem emergido no bojo das discussões sobre as políticas de defesa. O estudo dessa variação e composição demográfica reaparece fortemente impregnado das ideias neomalthusianas que estabelecem a relação inevitável entre o incremento da população e a pressão sobre os recursos (HARVEY, 1981; HOGAN, 1991).

O debate ganha força com os trabalhos que buscam demonstrar as implicações ecológicas do aumento da população, os impactos causados pela pressão demográfica na manutenção e o aumento do desequilíbrio ambiental.

No Brasil, esse debate está se ampliando, como se vê na formação de diversos grupos de pesquisa sobre população fixando a migração como fator relevante no conjunto dos condicionantes à mudança na composição da população. Castiglioni (2009, p.39) ressalta que a vasta literatura focalizada em múltiplas abordagens é um indicativo de que há dificuldade de se construir uma teoria geral para mensurar, explicar e prever a mobilidade no espaço. Parte dessa dificuldade, segundo o autor, está relacionada ao caráter interdisciplinar do fenômeno migratório.

De fato, com a promulgação da atual Constituição Federal (1988), a Demografia, principalmente aquela que trabalha com dados oficiais, enfrentou grandes desafios para coletar e processar informações sobre a dinâmica populacional no Brasil em razão do processo de descentralização das políticas públicas verificadas a partir daquele ano. Uma metodologia eficiente usada para suprir essa necessidade foi a projeção populacional, instrumento poderoso para cumprir com o propósito de subsidiar, por exemplo, os programas de combate às endemias do Ministério da Saúde (INDICADORES SOIODEMOGRÁFICOS; 2006:p.11).

Para subsidiar o alcance do objetivo e responder à pergunta, faz-se necessário uma exposição clara dos conceitos de Estado e Fronteira.

Soares (1973), tratando a questão sob a ótica da Geopolítica, estabelece a diferença entre limite territorial e fronteira. Associa a história e a geopolítica como construtoras de fronteiras e esta resultante de uma política externa. Tal tese permite, categoricamente, deduzir que deve haver uma “política de fronteira”, “vigilante, previdente, construtiva, para que as fronteiras sejam estáveis e protegidas, bem como sensibilizada demográfica e economicamente” (p.19). “Através da sua evolução histórica, os povos civilizados sensibilizaram a sua experiência política na sua busca de fronteiras *definidas e definitivas*. Contudo, a experiência histórica está aí para provar que a fronteira, apesar de definida, nem sempre pôde ser definitiva” (SOARES, p.13-14). Os grifos são dos autores. As

⁴ Cf. Patarra, N. L. (1980).

fronteiras *vivas* são potencialmente sensíveis politicamente, as fronteiras *mortas*, ao contrário, são zonas com forte espírito de nacionalidade. A criação dos mapas e o papel dos estadistas na negociação obedecem à tensão permanente entre a dialética dessas dimensões, isto é, das fronteiras *mortas* e *vivas*.

Bourdieu (1989) entende a fronteira na crítica ao domínio da disciplina geográfica que detém uma espécie de “monopólio” sobre a definição. Porém, Bourdieu idealiza um tipo de concepção da geografia que reduzia o seu objeto aos aspectos físicos da realidade, mas se trata, efetivamente, da geografia da contemporaneidade. Por outro lado, o que ele estava interessado em mostrar era a ciência como campo de luta pelas definições entre conceitos para legitimar determinada forma de conhecimento, em particular o conceito de região. Na sociologia ou na ciência política, defrontam-se autores tratando tanto da estrutura quanto das representações sociais e identitárias como elementos categoriais importantes na reflexão científica dos processos da realidade na fronteira. Fala-se, portanto, da “fronteira agrícola”, da “fronteira da cidadania”, da “última fronteira”, “fechamento da fronteira”, a “fronteira demográfica” e outras denominações⁵. Está presente como atributo, nessas conceitualizações, o problema teórico em suas cruciais implicações econômicas, simbólicas, identitárias, culturais e geográficas.

Os geopolíticos quando teorizam sobre a fronteira, entendem-na como aquela parte do território geograficamente localizada na margem do limite territorial e como o próprio limite. Este é definido a partir de referências físicas, topográficas, por exemplo, um rio, uma montanha e cuja legitimação se dá por intermédio de critérios puramente arbitrários, tais como, uma linha imaginária cortando e separando o referido território, mais à margem do território na fronteira. Essa linha imaginária, invariavelmente, é o que divide entes estatais, mas que necessitam de confirmação e reconhecimento de outros Estados ou da comunidade internacional, mediante assinatura de acordos, de tratados, diante dos quais a diplomacia dos países exerce um papel relevante para firmar concretamente esses compromissos.

Pesquisas desenvolvidas recentemente (NASCIMENTO, 2005 e 2008; FERREIRA, 2008 e 2010; TRINDADE JUNIOR, 2010; COUTO, 2010; PORTO, 2010) na Amazônia brasileira buscam ampliar a discussão sobre estes conceitos essenciais na compreensão dos processos sociais e políticos tipicamente transfronteiriços, enquadrando-os em diferentes campos disciplinares, mas cujos resultados investigativos avançam no alcance da percepção de que na fronteira os padrões socioespaciais formais e informais estão submetidos constantemente a intrincados processos que desafiam o entendimento científico.

Nascimento (2005) reconhece a contribuição dos diversos ramos disciplinares para a construção do conceito de fronteira, mas admite a noção de fronteira política ao invés de fronteira, limite, **Zona de Fronteira** ou **Faixa de Fronteira**. Ferreira (2008) investe na aplicabilidade do conceito de fronteira política para a compreensão das dinâmicas institucionais do Programa Calha Norte (PCN) em um município amazônico. Nesta sequência, Trindade Junior (2010) mantém a tradição da Geografia na definição do conceito em estudo nas cidades de Oiapoque-Amapá-Brasil e Saint-George-Departamento Ultramarino da França, ao passo que Couto (2010) aponta a interferência

⁵ Seria o caso de mencionar também a ideia de “terras livres”, “movimento da fronteira”, “homem da fronteira”, “bandeirante” etc.

da fronteira na definição das rotas clandestinas para o narcotráfico atuando em rede na Pan-Amazônia; e, Porto (2010:p.226) sugere a “condição fronteiriça” para “expressar a gradação da magnitude do Estado, estimulado pela justificativa da Defesa nacional e pela sua integração ao mundo globalizado e articulado em redes...”.

Na verdade, o Brasil tem uma definição em termos de largura expressa em lei. Tais definições supõem, antes de qualquer coisa, um curso que vai desde a demarcação de um limite abstrato mediante tratados internacionais, para, em seguida, fazer a demarcação física desses limites por meio de marcos fixados em determinado ponto e, finalmente, a densificação que consiste no aperfeiçoamento contínuo dos marcos da linha divisória.

Juridicamente, a Lei n° 6.634, de 02 de maio de 1979, define a largura da Faixa de Fronteira (FF) brasileira e estabelece os 150 km como prioritários para a segurança e para a defesa do território nacional, ao passo que a **Linha de Fronteira** aproxima o espaço físico do território a 10 km do limite internacional em toda a extensão da fronteira do Brasil. Há críticas sobre a metodologia utilizada para essa definição de FF sob a alegação de que grande parte dessas demarcações é arbitrária e não leva em conta os fatores socioculturais nela presentes, e sim, fatores homogêneos de controle social e político na perspectiva do Estado. Em diferentes momentos históricos, a delimitação da área destinada à defesa das fronteiras não levou em consideração os fatores políticos de cada período. Neste sentido, constata-se, segundo Silva; Escobar; Mello (2004, p.05), que com a Constituição de 05 de outubro de 1988 ratificou-se a delimitação da largura da FF, até 150 km.⁶

Numa perspectiva positiva, o modelo de Machado (2000) está organizado na ideia de sistema e de redes, o que requer uma reflexão acerca do território numa perspectiva abrangente, isto é, de um território que tem, agora, a marca tanto do Estado-Nação, pensado classicamente, quanto do Estado “pós-moderno”. Haesbaert (2004) sequencia esse debate quando imprime os conceitos de multiterritorialidade, território e rede. Nesse sentido, adotamos a não distinção entre as noções de **Zona de Fronteira** e **Faixa de Fronteira**. Esta é a base do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, do Ministério da Integração Nacional. A primeira define-se pela sua transnacionalidade, ou seja, atinge o outro lado da fronteira. O conceito de fronteira política para além de FF apresenta alguma eficiência analítica para os nossos propósitos: permite entender a dimensão simbólica e identitária da fronteira.

A fronteira política, e nela o limite jurídico, está sujeito a algum tipo de tratamento especial. De fato, a situação potencial de tensões e conflitos tem obrigado os governos a definirem um marco extensivo dentro da fronteira para disciplinar o movimento de pessoas, produtos e serviços. Esta é a **Faixa de Fronteira**.

⁶ BRASIL. Lei n° 6.634, de 2 de maio de 1979. Congresso Nacional. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-Lei n. 1.135, 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 3 mai. 1979.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. *Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*. Brasília: Ministério da Integração nacional, 2005. PDF.

Os desequilíbrios regionais no Brasil são marcantes e visíveis. Estudos foram produzidos no sentido de compreender as causas históricas, sociais, políticas, espaciais e ambientais deste processo (CANO, 1998; BRANDÃO, 2003).

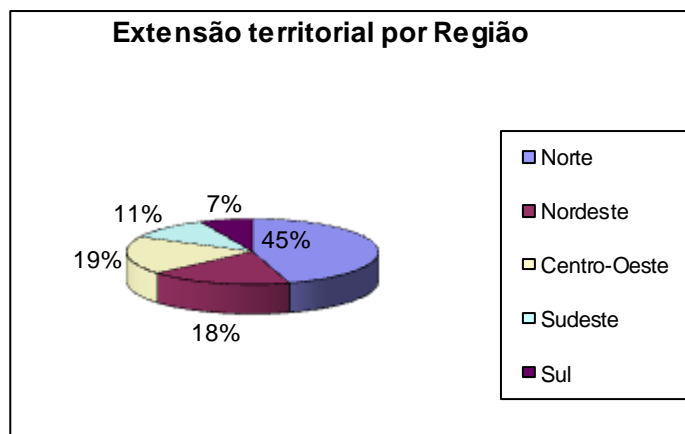


Figura 1: Extensão territorial por Região.
Fonte: IBGE. *Censo de 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

Esse desequilíbrio é também verificado na distribuição da população pelo território nacional.

O Brasil possui um pouco mais de 190 milhões de habitantes distribuídos, conforme divisão administrativa promovida pelo IBGE (atualmente questionada), em 5 grandes regiões. Não só o recorte espacial administrativamente é desigual, como também a população é distribuída de modo assimétrico no/pelo território, sobretudo a espacialização do desenvolvimento socioeconômico é desigual.

A Figura 1 revela que 45% do território brasileiro fica na Região Norte e a Região Sul, que contribui com apenas 11% do espaço nacional, é uma das mais populosas do país. Em contrapartida, como demonstra a Tabela 1, por local de nascimento, a maior parte da população brasileira se concentra na Região Sudeste. Esse quadro tem se alterado nas últimas três décadas, mas sem modificar profundamente o desequilíbrio na distribuição da população, mantendo a Região Norte como a segunda menos populosa do Brasil.

A Região Norte do Brasil manteve, segundo os dados de 2010, um crescimento relativo levando-se em conta todos os estados. Passando de 3,34 em 1950 para 2,86 em 2000. Contudo, notadamente no estado do Pará, conforme Figura 1, entre 2000 e 2007, houve um decréscimo da população se comparado com a tendência de décadas anteriores e mesmo da primeira década deste século. O aumento da população constante e proporcional em cada década do estado do Amapá é digno de nota porque requer uma investigação a fim de identificar as razões socioeconômicas e geográficas que levaram a este processo. Ambos os fenômenos relativos ao Pará e ao Amapá carecem de compreensão dos motivos que levaram a essa diminuição na tendência de incremento, no primeiro caso, e, a sequência proporcional do Amapá, cujas análises escapam aos objetivos deste artigo.

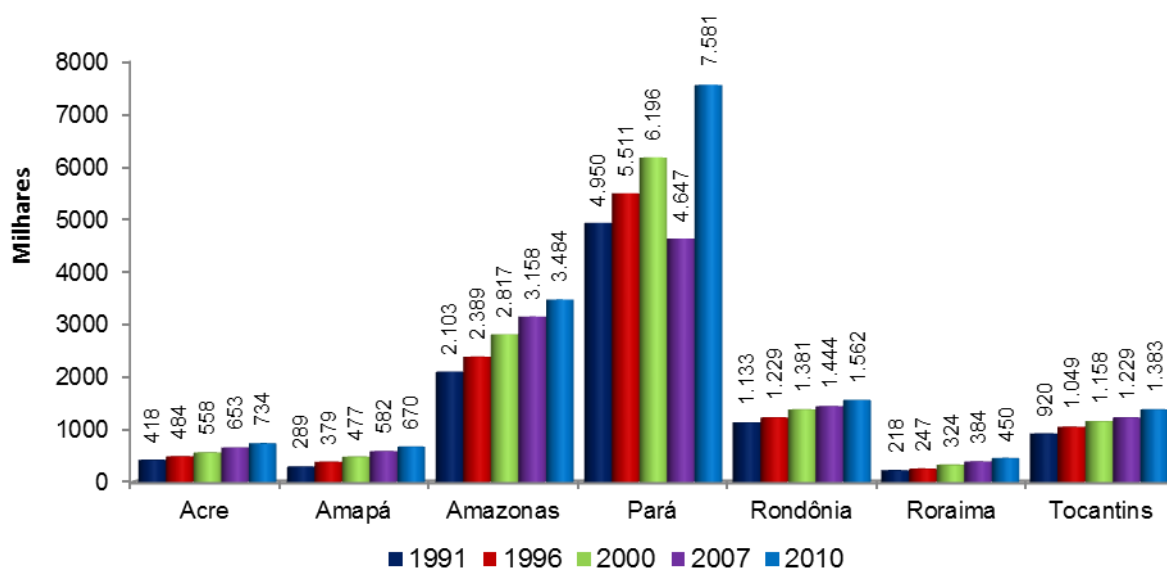


Figura 02 - População Residente total do Brasil, e as Unidades da Federação da Região norte – do ano de 1991, 1996, 2000, 2007 e 2010.

Fonte: IBGE. *Censo de 1991, 1996, 2000, 2007 e 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

3. Análise interpretativa dos dados

Em que medida a dinâmica populacional no Brasil tem apresentado alteração nas variáveis: *faixa etária, taxa de natalidade, taxa de mortalidade e a taxa de dependência*? Com efeito, a hipótese de que mudanças substantivas ocorreram nesse período na estrutura da composição da população mensurada pela redução da taxa de fecundidade, nos parece significativa para orientar as interpretações de natureza teórica. De acordo com os dados do IBGE, verifica-se alteração substantiva nos quesitos faixa etária, sexo, índice de masculinidade e taxa de dependência.

A metodologia para o Censo de 2010 sofreu alteração com a entrada em cena da tecnologia mais avançada para este tipo de pesquisa. Foi introduzido o computador de mão (*Personal Digital Assistant – PDA*), equipado com GPS. Além disso, o IBGE atualizou a base territorial de modo digital, o que possibilitou integrar as bases, urbana e rural, bem como a elaboração do “Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos”, a partir dos registros de unidades já recenseadas. Mas foi a mudança do questionário, substituído pelo modelo eletrônico desenvolvido em PDA que estabeleceu uma dinâmica no momento do preenchimento, ganhando agilidade e segurança no preenchimento das informações.

Tabela 1 - População Residente, por Grandes Regiões de residência, segundo o lugar de nascimento – 2009.

Lugar de nascimento	População residente, por Grandes Regiões de residência (1.000 pessoas)				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Norte	12.999	239	216	35	331
Nordeste	1.530	52.463	7.237	279	1.773
Sudeste	456	1.041	70.468	1.153	1.483
Sul	260	96	1.525	26.087	637
Centro-Oeste	290	151	548	106	9.711
País estrangeiro	20	30	473	116	43

Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2009.

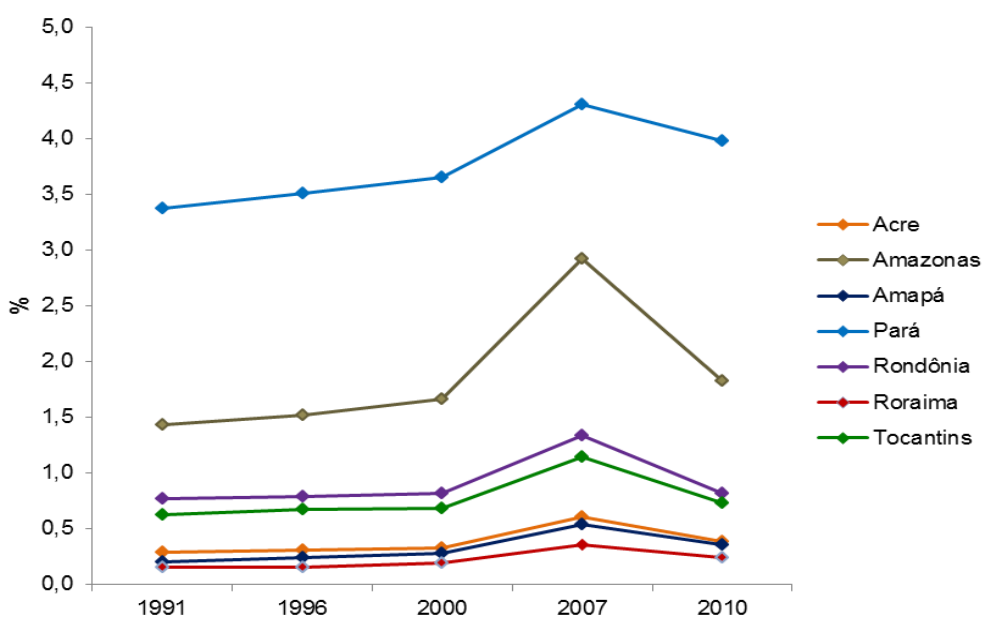


Figura 03: Série histórica do percentual da população residente¹ nos estados da Região Norte em relação à população total residente no Brasil do ano de 1991 e 1996, 2000, 2007 e 2010.

Nota 1 : Para o ano de 2007 a população é recenseada

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico de 1991, 1996, 2001 e Censo de 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

Tanto a PNAD quanto o Censo de 2010 revelam realmente um novo e diversificado Brasil na medida em que mostrou nitidamente os avanços sociais e econômicos verificados em apenas uma década (2001-2010).

A taxa de dependência (Tabela 2) conforme a idade produtiva (15 a 64), e idade não economicamente ativa que são os jovens de 0 a 14 anos e os adultos de 65 anos em diante, permite verificar o contingente da população que depende dos que estão em idade potencial de trabalhar. A taxa extraída, levando em conta os cinco Censos, mostra um decréscimo significativo de 77,7% para 54,9%, o que representa uma diferença em torno de 12,8%. Isso significa que está diminuindo a

dependência dos que não são considerados parte da população economicamente ativa em relação aos que estão em condições de trabalhar.

Essa análise merece algumas observações adicionais, conforme Tabela 2. A Primeira observação é que está havendo uma diminuição relativa do número de jovens entre 0 a 14 anos, em que pese essa não ser a tendência observada no caso dos que estão acima dos 64 anos. A Segunda é este último grupo etário tem crescido em termos relativos, mas não na mesma proporção da queda da fecundidade. Observa-se que o primeiro grupo desceu de 40.9% para 29.6%, enquanto o segundo grupo saiu de 2.9% para 5.9% no ano de 2000. Estimativas indicam que a tendência é de crescimento relativo. Por último, o grupo situado entre 15 a 64 anos permaneceu na média em torno, mais ou menos, de 50% do total da população.

À medida que se aproxima o ano de 2010, nota-se que o conjunto dos fatores que contribuíram para alterar o perfil da população incidiu também sobre a chamada população adulta. Tal conclusão significa que esses fatores levaram à diminuição das mortes em virtude de algumas facilidades para a obtenção de tratamento adequado, resultante do avanço da medicina, como também revela que o aumento da expectativa de vida foi provocado pelos cuidados em relação à absorção de comportamentos alimentares mais saudáveis.

Tabela 2: Número de municípios, população residente, por situação de domicílio, taxa de crescimento e razão de dependência, segundo as Unidades da Federação e classes de tamanho da população dos municípios – Brasil – 2010.

Unidades da Federação e classes de tamanho da pop. dos municípios (hab.)	Número de municípios	População residente			T. de crescimento 1991/2010	Razão de dependência
		Total	Urbana	Rural		
Brasil	5 565	190 755 799	137 953 959	31 845 211	1,6	54,9
Até 5 000	1 382	4 617 749	2 308 128	2 309 621	0,1	59,3
De 5.001 até 10.000	1 308	9 346 280	5 080 633	4 265 647	0,4	62,8
De 10.001 até 20.000	1 384	19 654 828	11 103 602	8 551 226	1,1	64,4
De 20.001 até 50.000	963	28 831 791	19 132 661	9 699 130	1,5	63,1
De 50.001 até 100.000	299	20 786 695	16 898 508	3 888 187	2,1	57,2
De 100.001 até 500.000	194	39 754 874	37 572 942	2 181 932	2,4	51,3
Mais de 500.000	31	46 806 953	45 857 485	949 468	1,6	47,1
Pará	143	6 192 307	4 120 693	2 071 614	2,5	69,3
Até 5.000	3	11 611	4 922	6 689	(-) 4,1	71,2
De 5.001 até 10.000	15	114 314	49 885	64 429	1,9	79,3
De 10.001 até 20.000	42	643 489	256 157	387 332	2,0	81,0
De 20.001 até 50.000	60	1 870 776	901 177	969 599	2,9	79,2
De 50.001 até 100.000	17	1 193 728	730 809	462 919	2,6	76,6
De 100.001 até 500.000	5	1 077 775	905 389	172 386	3,1	63,9
Mais de 500.000	1	1 280 614	1 272 354	8 260	1,9	49,8

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico de 2001 e Censo de 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

Em suma, estes são alguns dos fatores que contribuem para a redução da fecundidade e a diminuição da mortalidade da população adulta e estão associados ao aparecimento e alargamento da sociedade urbano-industrial.

A Tabela 3 mostra na série histórica de 1991 a 2010 que a taxa média geométrica de crescimento anual vem diminuindo o seu ritmo de crescimento, mais acelerado a partir de 1960. A Região Norte acompanha essa tendência. Contudo, demorou 10 anos, isto é, somente na década 70/80 este processo foi constatado. No estado do Pará, confirma-se esse movimento para a mesma década acima.

Nas três primeiras faixas etárias, isto é, 0-14, 15-29, 30-44, uma análise preliminar demonstra que, nestas séries de idade, ocorreu uma ligeira diminuição na base, o que significa uma redução da fecundidade, processo ligado a fatores como: acesso a informação, escolaridade e orientação no âmbito do planejamento familiar, como já dissemos. Deduz-se que a população está ficando mais velha, aumentando o número de pessoas economicamente ativa com desdobramento para a capacidade do Estado em prover recursos capazes de sustentar políticas públicas para atender demandas, sejam definidas ou não, constitucionalmente.

A queda acentuada na fecundidade entre os anos de 1991 e 2010 pode estar associada às alterações profundas na percepção otimizadora das famílias no que tange às possibilidades econômicas e financeiras do financiamento da educação e de despesas com a saúde dos filhos. Tal compreensão do processo social no foco da percepção maximizadora dos proventos familiares pode estar conectada ao acesso à informação por meio da educação e das mídias, processo verificado nos EUA, na Europa e no Japão do pós-segunda Guerra Mundial.

Portanto, são fatores econômicos, sociais e culturais os determinantes desse processo. O aspecto econômico-financeiro interfere quanto às dificuldades orçamentárias, mas com acesso às informações necessárias para a adoção de planejamento familiar, o número de filhos vai, paulatinamente, diminuindo, embora essa dificuldade financeira e orçamentária seja compensada pelo acesso aos programas de transferência de renda, do tipo Bolsa Família. Essa inferência precisa ser efetivamente mais aprofundada, porque os programas de transferências de renda mínima às famílias, que dependem da renda familiar de R\$ 140 por pessoa, é sujeito ao número e idade dos filhos. O benefício recebido pela família pode oscilar entre R\$ 32,00 a R\$ 242,00. Esta possibilidade pode, pois, ter alterado aquela dinâmica. Contudo, esse número de filhos por família nunca ultrapassa três, em média.

Tabela 3 - Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente, segundo as

Grandes e Unidades da Federação	Regiões da	Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente (%)					
		1950/1960	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
Brasil		2,99	2,89	2,48	1,93	1,64	1,60
Norte		3,34	3,47	5,02	3,85	2,86	2,40
Rondônia		6,39	4,76	6,03	7,89	2,24	1,24
Acre		3,20	3,13	3,42	3,01	3,29	2,77
Amazonas		3,33	3,03	4,12	3,57	3,31	2,25
Roraima		4,65	3,75	6,83	9,63	4,58	3,36
Pará		3,11	3,55	4,62	3,46	2,54	2,05
Amapá		6,14	5,37	4,36	4,67	5,77	3,44
Tocantins*		-	-	-	-	-	-

Unidades da Federação na Região Norte- 1950/2010.

• Esta subunidade nacional não se insere na fronteira política ao Norte do Brasil. Por isso, não foram consideradas as suas referências populacionais.

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e Censo de 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

A redução da fecundidade também reflete o avanço e penetração do setor de saúde e previdenciário privados no país. Some-se a esse fato, o crescimento assustador, nesse período, do número de abortos clandestinos. Contudo, o fator mais decisivo é o educacional e cultural. Faz-se sentir também a influência das campanhas educativas na mídia impressa e eletrônica.

Faria (1989) sugere que:

(...) as políticas de crédito ao consumidor, de telecomunicações, de previdência social e de atenção à saúde, isoladamente ou em conjunto, foram estratégias para acelerar processos de mudança sociocultural que tiveram um impacto decisivo sobre o declínio da fecundidade no Brasil, estabelecendo nexos de causalidade entre os determinantes estruturais (p.68).

Por outro lado, se considera que nas últimas duas décadas, isto é, da década de 80 (a chamada *década perdida*) do século passado para cá houve um aumento da violência, trazendo as chamadas *causas externas* da morte exatamente na faixa etária de 15 a 30 anos. A tendência verificada nas décadas seguintes e, principalmente, na primeira deste século não modifica essa inferência. Vê-se, pois, que ao incorporar essas mortes, conclui-se que a diferença é ainda maior.

4. Conclusão

Sem dúvida, apesar das mudanças verificadas ao longo de 5 décadas, foi possível identificar um padrão na evolução e desenvolvimento do comportamento demográfico no Brasil, confirmando a hipótese de que as mudanças são significativas para o Brasil principalmente quando se considera as variáveis taxa de fecundidade, taxa de natalidade e taxa de dependência para a década (2001-2010). Não menos importante foi associar essas alterações na taxa de fecundidade, taxa de natalidade, taxa de mortalidade e na razão de dependência a variáveis sociais, tais como a educação e o acesso às informações relativas ao planejamento familiar.

A análise das informações sobre a dinâmica demográfica da sociedade brasileira no período de 1970 a 2010 mostrou a particularidade nas tendências verificadas no crescimento da população para os primeiros 10 anos deste século. As diferenciações, entretanto, podem ser mais bem visualizadas a partir das inferências extraídas dos dados correspondentes à estrutura da composição populacional do Brasil nas variáveis taxa de natalidade e taxa de dependência a partir de 2000. Isto é, uma diminuição relativa do número de jovens entre 0 a 14 anos, em que pese essa não ser a tendência observada no caso dos que estão acima dos 64 anos, mas este último grupo etário tem crescido em termos relativos, mas não na mesma proporção da queda da fecundidade. Notadamente, o grupo de 0 a 14 desceu de 40.9% para 29.6, enquanto o segundo grupo subiu de 2.9% para 5.9%, ambos, no ano de 2000. Estimativas indicam que a tendência é de crescimento relativo. Em consequência, o grupo situado entre 15 a 64 anos permaneceu na média em 50% do total da população.

Provou-se que a taxa de dependência decresceu de 77,7% para 54.9%, o que representa uma diferença em torno de 12.8%. Conclui-se que está diminuindo a dependência dos que não são considerados parte da população economicamente ativa em relação àqueles que estão em condições de trabalhar.

A queda acentuada na fecundidade entre o período de 1991 e 2010 foi outro fenômeno observado. De 1970 a 2000, a população dobrou, passando de 70 milhões habitantes para, em 2000, 160 milhões. Atualmente (2011), a população brasileira alçou o expressivo número de 192.304.735 milhões de habitantes, número bem distante dos 9.930.478 indivíduos de 1872, quando do primeiro recenseamento. A densidade demográfica é de 22,5 por Km² e tem rebatimento relevante para os *policy making*, decisores políticos, autoridades governamentais, haja vista a responsabilidade das instituições estatais para garantir direitos adquiridos no processo de luta pela conquista da cidadania. A ampliação desta população demanda, com efeito, serviços básicos cada vez mais

crescentes na educação, saúde, previdência, saneamento, transporte etc. para os quais o Estado precisa responder.

Referências

BOURDIEU, P.. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Difel, 1989. 311 p.

BRANDÃO, C.. *A dimensão espacial do subdesenvolvimento*. Campinas, 2003. Tese (Livre Docência) – UNICAMP/IE.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal e Ministério de Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 1999 e 2001. [Coleção, Constituições Brasileiras; volume VII (1988)].

BRASIL. Governo Federal. Presidência da República. *Política de defesa nacional*. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>.

BRASIL. Governo Federal. Presidência da República. *Política de defesa nacional*. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>.

BRASIL. Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979. Congresso Nacional. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-Lei n. 1.135, 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 3 mai. 1979, p. 006113.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. *Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*. Brasília: Ministério da Integração nacional, 2005. PDF.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil – 1930-1995*. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

CASTIGLIONI, A H. Migração: abordagens teóricas. In: ARAGÓN, L. E. *Migração Internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2009. v. 1. 39-57 p.

COUTO, A. C. O. Tráfico de narcóticos na metrópole de Belém: das redes ilegais à territorialização perversa. In: NASCIMENTO, Durbens. (org.). *Amazônia e defesa: dos fortes às novas conflitualidades*. Belém-Pa: NAEA; UFPA, 2010, p. 249-267.

FARIA, W. E. Políticas de governo e regulação da fecundidade: “consequências não antecipadas e efeitos perversos”. *Revista Ciências Hoje*, São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1989.

FERREIRA, A. dos S. *Gestão do Programa Calha Norte: um estudo sobre as ações de infraestrutura no município de Monte Alegre, Pará*. 106f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

FERREIRA, A. dos S. Programa Calha Norte (PCN): política pública de segurança, defesa e de desenvolvimento regional no norte do Brasil. In: NASCIMENTO, Durbens. (org.). *Amazônia e defesa: dos fortes às novas conflitualidades*. Belém-Pa: NAEA; UFPA, 2010, p. 201-224.

HAESBAERT, R.. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2004, 395 p.

HARVEY, D. População, Recursos e a Ideologia da Ciência. In: *Seleções de Textos 7- Associação dos Geógrafos Brasileiros- Seção São Paulo*, São Paulo, 1981.

HOGAN, D. J. Demografia e Ambiente. In: *As ciências Sociais e a Questão Ambiental rumo a interdisciplinaridade*, 1991.

IBGE. *Censo de 1970*. Disponível em: <[http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.

IBGE. *Anuário Estatístico de 1980*. Disponível em: <[http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.

IBGE. *Anuário Estatístico de 1991*. Disponível em: <[http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.

IBGE. *Anuário Demográfico de 2000*. Disponível em: <[http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.

IBGE. *Censo Demográfico de 2010*. Disponível em: <[http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.

IBGE. *Indicadores sociodemográficos: prospectivos para o Brasil 1991-2003*. São Paulo: Editora Arbeit, 2006. 129 p.

MACHADO, O. L. Limites e fronteira: da alta diplomacia aos circuitos da legalidade. *Revista Território*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 7-23, jan./jun., 2000.

NASCIMENTO, Durbens. *Projeto Calha Norte: política de defesa nacional e segurança hemisférica na governança contemporânea*. 355f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

NASCIMENTO, Durbens. *Áreas Marrons e o Programa Calha Norte*. In: _____. (org.), *Relações internacionais e defesa na Amazônia*. Belém-Pa, NAEA;UFPA, 2008, p. 173-195.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. Pensando a noção de fronteira: um olhar a partir da ciência geográfica. In: NASCIMENTO, Durbens. (org.). *Amazônia e defesa: dos fortes às novas conflitualidades*. Belém-Pa: NAEA; UFPA, 2010, p. 101-123.

PATARRA, N. L. Objeto e campo da Demografia. In: SANTO, J. L. F. *et all.* (Orgs.). *Dinâmica da População: teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo: BBCS, 1980.

PORTO, J. Condição fronteiriça amapaense: da Defesa Nacional à Integração (inter)nacional. In: NASCIMENTO, Durbens. (org.). *Amazônia e defesa: dos fortes às novas conflitualidades*. Belém-Pa: NAEA; UFPA, 2010, p. 225-248.

SOARES, T. *História da formação das fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.